

FSP 14/07/87

Em reunião científica, Bori fala de Constituinte

Niels Andreas

FLAVIO GOMES
Enviado especial a Brasília

A presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Carolina Bori, comunicou ontem que apresentará até o fim da semana duas propostas de emenda ao Congresso constituinte, relacionadas a armas nucleares e índios. A primeira já tem 45 mil assinaturas, proibindo fabricação, transporte e armazenamento de armas nucleares no Brasil. O mínimo exigido pelo regimento interno do Congresso constituinte é de trinta mil assinaturas.



afirmou que a aprovação da emenda seria um fato inédito, pois nenhuma Constituição no mundo proíbe explicitamente as armas nucleares.

O relatório da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), relatora da subcomissão do Congresso constituinte para Ciência e Tecnologia, continua a proposta da SBPC, mas foi derrubada no anteprojeto da Comissão de Sistematização, que alegou a importância das pesquisas nucleares no campo da energia elétrica. "O argumento é furado", disse Menezes. "Não há necessidade de correr o risco de produzir eletricidade a partir de energia nuclear, porque o Brasil tem grande capacidade hidrelétrica."

Índios

Segundo Carolina Bori, a emenda que proíbe as armas nucleares no país tem como pano de fundo "a paz mundial". Para ela, os cientistas brasileiros reconhecem a importância das pesquisas com energia nuclear para uso pacífico, como em radioisótopos medicinais. O físico Luiz Carlos de Menezes, 42, da USP e da Sociedade Brasileira de Física,

Maria Manuela Carneiro da Cunha, da Associação Brasileira de Antropologia, afirmou que garantir as terras dos índios é uma das únicas maneiras de respeitá-los. Junto com o coordenador da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, 33, e Wanderlino Teixeira de Carvalho, da Coordenação Nacional dos Geólogos, Manuela apresentou a proposta de emenda que



Participantes da 39ª Reunião Anual nos balcões de inscrição

deverá ser enviada ao Congresso constituinte em defesa dos índios, caso se consigam as trinta mil assinaturas até o fim do prazo para entrega de propostas populares (faltam ainda dez mil).

Para Krenak, o fato de 80% das áreas indígenas não possuírem assis-

tência médica (com 45% dos índios em más condições de saúde) favorece "chantagens econômicas" de mineradoras, que prometem porcentagens de seus lucros aos índios. "O que se chama de benefício aos índios é o caminho mais curto para a sua destruição."